



<b>Processo:</b>	<b>1000087853/2019</b>
<b>Interessado:</b>	<b>IRRIGA ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DATA</b>	<b>08 de novembro de 2019</b>

**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

O Coordenador (a) da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, designa o (a) Conselheiro (a) ADRIANA MIKULASCHER relator (a) do presente processo.

Goiânia, 08 de novembro de 2019.

**Coordenador (a) da Comissão de Exercício, Ensino e Formação  
Profissional**



<b>Processo:</b>	<b>1000087853/2019</b>
<b>Interessado:</b>	<b>IRRIGA ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>
<b>Assunto:</b>	<b>AUTO DE INFRAÇÃO</b>
<b>DATA</b>	<b>08 de novembro de 2019</b>
<b>RELATÓRIO E VOTO</b>	

Trata-se de processo de auto de infração n.º 1000087853/2019 instaurado em desfavor de IRRIGA ILUMINAÇÃO PÚBLICA por infração ao disposto no artigo 7º da Lei 12378/2010 o que atrai as penalidades previstas no artigo 35, inciso XII da Resolução n. 22 do CAU/BR. Consta que a pessoa jurídica manteve registro ativo no CAU/GO porém, sem responsável técnico. Iniciado o processo de fiscalização, a autuada foi notificada através de AR. Após o prazo de regularização, foi lavrado auto de infração, do que a parte teve regular ciência. No suficiente é o relatório, passo ao voto.

Toda pessoa jurídica registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo deve manter profissional regularmente habilitado como responsável técnico.

Se a pessoa jurídica desempenha atividades privativas de arquiteto e urbanista ou compartilhadas com outras profissões regulamentadas deve manter, em seus quadros, responsável técnico, sob pena de se verificar o exercício ilegal da profissão. É o quanto se extrai do artigo 7º da Lei 12378/2010.

O registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sem indicação de responsável técnico atrai as penalidades previstas no artigo 35, inciso XII da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Assim, se a autuada possui registro ativo neste Conselho – voluntariamente solicitado, não possuindo responsável técnico, praticou, de fato, a infração administrativa apontada pelo analista fiscal.

Voto, pois, pela **manutenção do auto de infração lavrado**, em seus integrais termos e valores, nos moldes do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Atento aos vetores de orientação para fixação da penalidade, previstas no artigo 36 da Resolução n. 22 tenho que:

- a) a pessoa jurídica não possui antecedentes;
- b) a situação econômica é ignorada;
- c) a gravidade da infração é ordinária;
- d) não houve consequências conhecidas capazes de merecer valoração extraordinária;
- e) não houve regularização.

O preceito secundário do artigo 35, XII da Resolução n. 22 estabelece multa entre 5 e 10 vezes o valor vigente da anuidade. Fixo a multa, pois, em **6 VEZES O VALOR VIGENTE DA ANUIDADE, ou R\$ 3.316,68 (três mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos).**

Possível o parcelamento em doze vezes iguais e sucessivas de R\$ 276,39. É como voto.

  
**CONSELHEIRO RELATOR**

Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional





Processo:	1000087853/2019
Interessado:	IRRIGA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	08 de novembro de 2019

## FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO

Após apreciação do relato exarado pelo Sr. (a) Conselheiro (a) Relator (a), referente ao processo supracitado, fica deliberado conforme segue a votação dos membros desta Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional:

Conselheiro Titular / Suplente	Assinatura	Voto (favorável / contra / abstenção)
Paulo Renato de Moraes Alves (coordenador)		
Luciano Mendes Caixeta (Coordenador Adjunto)		favorável
Manoel Alves Carrijo Filho (suplente)		
Frederico André Rabelo (titular)	FREDERICO A. RABELO	FAVORÁVEL
Ana Carolina de Farias (suplente)		
Maria Ester de Souza (titular)		
Adriana Mikualeschek (suplente)		favorável



Processo:	1000087853/2019
Interessado:	IRRIGA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DELIBERAÇÃO N.º 106/2019 - CEEFP/GO	

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 33 e art. 34 da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, e o Regimento Interno do CAU/GO,

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 22 do CAU/BR, em seus artigos 19 e seguintes, quanto à competência da Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional do CAU/GO para apreciação de recurso nos processos de fiscalização.

CONSIDERANDO a emissão de relatório e parecer pelo Conselheiro Relator.

CONSIDERANDO a votação conforme folha anexa a esta Deliberação.

**DELIBEROU:**


1 – Pela APROVAÇÃO do voto do Conselheiro Relator, nos termos do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR, que MANTEVE o auto de infração lavrado e aplicou multa de R\$ 3316,68 (três mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos). Possível o parcelamento da multa em **doze vezes** de R\$ 276,39 (duzentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos).

2 – Intime-se a autuada para que pague a multa fixada nesta Deliberação ou para que, querendo, interponha recurso ao Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás no prazo improrrogável de TRINTA DIAS corridos, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento desta deliberação.

3 – Findo o prazo sem pagamento ou recurso, remeta-se à Assessoria Jurídica para cobrança e, sendo o caso, ajuizamento de execução fiscal.

Goiânia, 08 de novembro de 2019.

PAULO RENATO DE MORAES ALVES  
Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

  
LUCIANO MENDES CAIXETA  
Coordenador Adjunto



MANOEL ALVES CARRIJO FILHO  
Membro Suplente

*FREDERICO A. RABELO*  
FREDERICO ANDRÉ RABELO  
Membro Titular

ANA CAROLINA DE FARIAS  
Membro Suplente

MARIA ESTER DE SOUZA  
Membro titular

*Adriana Mikualeschek*  
ADRIANA MIKUALESCHEK  
Membro suplente